

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº128 - DEZEMBRO - PORTO VELHO, 2003
VOLUME VIII

ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História - UFRO
CLODOMIR S. DE MORAIS - Sociologia - IATTERMUND
ARTUR MORETTI - Física - UFRO
CELSO FERRAREZI - Letras - UFRO
HEINZ DIETER HEIDEMANN - Geografia - USP
JOSÉ C. SEBE BOM MEIHY - História - USP
MARIO COZZUOL - Biologia - UFRO
MIGUEL NENEVÉ - Letras - UFRO
ROMUALDO DIAS - Educação - UNICAMP
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia - UFSC

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

128



IMAGINÁRIO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA EM PORTO VELHO

ARNEIDE CEMIN; CAMILA ALESSANDRA
SCARABEL; MARIA DE FÁTIMA BATISTA DE
SOUZA; SILVÂNIO DE MATIA GOMES



**Arneide Cemin; Camila Alessandra Scarabel;
Maria de Fátima Batista de Souza; Silvanio de Matia Gomes**

Professora do Departamento de Sociologia e Filosofia – UFRO - Centro de Estudos do Imaginário Social; Aluna do curso de Psicologia – UFRO;
Aluna do curso de Psicologia – UFRO; Aluno do curso de Geografia – UFRO
cemin@enter-net.com.br

IMAGINÁRIO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA EM PORTO VELHO

O conceito de gênero diz respeito à construção cultural e simbólica das relações entre homens e mulheres, indicando que não existem atribuições naturais para homens e mulheres que sejam fundadas biologicamente, e sim atribuições sociais, ou seja, papéis: tarefas e valores considerados pertinentes em cada sociedade às pessoas de cada sexo.

Os dados da pesquisa antropológica indicam que todos os grupos sociais mantêm algum tipo classificação básica que separa as esferas do masculino e do feminino. Embora partindo da diferença biológica, as atribuições relativas a cada sexo variam conforme nos deslocamos no tempo, no espaço e nas situações sociais, portanto, elas não são naturais.

Balandier (1976), ao analisar a dinâmica interna aos sistemas sociais, indica que as divisões em classes sociais, em classes de idades e em classes sexuais são partes estruturais dos processos sociais. Desse modo, as dinâmicas sociais devem ser consideradas nessa tridimensionalidade. A partir disso o autor indaga como a divisão dos sexos afeta o sistema social e a cultura em seu conjunto, como se exprime em cada uma delas o dualismo sexualizado e o modo pelo qual a oposição e a complementaridade são, ao mesmo tempo, geradoras de ordem e de desordem social.

Quanto às teorias sociais, o dado mais geral é a afirmação da inferioridade feminina. Em geral, apenas uma função, entre as muitas que a mulher desenvolve, não é desvalorizada: a função de mãe. De resto, o que se constata, é a pequena participação social da mulher. Em geral, para o homem, a mulher é o "outro". Essa alteridade expressa e reforça referências simbólicas que definem a mulher como elemento antagonista e perigoso, associada em geral com os aspectos dissolutos e, nesse sentido, anti-social. Considera-se que e o casamento que pode instaurar a positividade da presença feminina, uma vez que o intercâmbio matrimonial socializa sua sexualidade e articula as sociedades masculina e feminina. Cabe, portanto, averiguar, no que diz respeito às relações entre os sexos e as estruturais sociais, as situações reais nas quais homens e mulheres se inserem.

Em seu estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista, Gregori (1993), analisa o modo pelo qual as mulheres vêem-se a si mesmas e aos seus parceiros, a fim de pensar como as relações de conflito conjugal se instituem e ganham permanência. A autora indica que no geral as explicações para a crise doméstica são atribuídas a "... condutas inadequadas de seus maridos: beber, ser mulherengo, ser boêmio, praticar 'exageros' sexuais" (Gregori, 1993:140). Gregori reconhece que seu estudo deixou uma lacuna importante ao não analisar o que ela chamou o "lado dos homens". Ao mesmo tempo, que falta ao seu estudo, bem como as pesquisas nas quais ela se baseia, a etnografia das condições familiares.

Nosso estudo, resultante de uma linha de pesquisa sobre imaginário de gênero, família e violência em Porto Velho, em desenvolvimento no Centro de Estudos do Imaginário, CEI/UNIR, levou em conta a perspectiva masculina e as condições familiares e sociais, pois entendemos que a violência não deve ser estudada em abstrato, mas em contextos concretos. Iniciamos o contato com os sujeitos de nossa pesquisa na Delegacia da Mulher¹, onde fazíamos uma primeira abordagem, mediada por questionário e levantamento de rede social; bem como, obtínhamos autorização das pessoas, para realizarmos entrevistas e o AT- 9 (Teste dos nove arquétipos), em suas casas. O AT- 9 é um teste projetivo, usado em estudos de cultura pela antropologia do imaginário, informada pela obra de Gilbert Durand (1997). Observamos também, o contexto urbano, o modo como as pessoas estão inseridas na cidade. Nesse artigo apresentamos os resultados parciais da pesquisa.

RESULTADOS PARCIAIS DA PESQUISA: OS FUNDAMENTOS DA UNIÃO

Para o estabelecimento da união, no caso das mulheres, mesmo dizendo sentir afeto pelo homem, o que elas destacam é a necessidade material e a fragilidade social como motivo para casar, uma vez que saem da primeira parceria sexual, grávida ou com filho pequeno e acreditam que não podem dar conta de sua vida sozinha. São mulheres que não concluíram o primeiro grau, e, sem profissão, optam pelo casamento como solução para as suas dificuldades.

As relações sexuais iniciam-se precocemente, essas mulheres têm filho antes dos dezoito anos de idade, o parceiro sexual, casado ou quando muito jovem não tem maturidade e nem capacidade econômica de se responsabilizar pela manutenção de uma família, pois além de não ter qualificação profissional, geralmente ainda não tem trabalho fixo formalizado e aquilo que consegue é destinado para contribuir com a renda de sua família nuclear (seus próprios pais e irmãos).

Quanto às mulheres, mesmo quando não acontece a pressão familiar para que a filha grávida deixe a casa dos pais, a mulher é acusada de desonrar a família e de perder valor no mercado matrimonial, desta forma entende que sua escolha de parceiro não pode ser exigente, sobre isso elas dizem: “eu mãe de filho, não tinha nada a perder”.

Por este motivo procuram manter um relacionamento com homens mais experientes (mais velhos que elas), já que este tipo de homem se encontra neste momento estabelecido em algum ramo de atividade econômica. A aceitação, por parte deles, dos filhos que elas trazem de outra relação é vista como qualidade positiva deles que elas apreciam muito. Assim, além das garantias de sobrevivência para ela e o filho, existe a convicção socialmente estabelecida de que cabe ao homem o sustento da casa, deste modo uma entrevistada afirma: “eu moro com uma pessoa é para ser ajudada”.

¹ Agradecemos a Dra. Walquiria Boaventura Monfroi, Delegada da Delegacia da Mulher de Porto Velho, a autorização de acesso aos dados necessários ao nosso trabalho de pesquisa.

Em relação aos homens, contrariando o senso comum, que atribui o sentimentalismo às mulheres, são eles que ressaltam com ênfase a paixão inicial; embora isto não descarte a questão material, que se apresenta como necessidade de alguém para cuidar da casa, e para educar filhos oriundos de outros relacionamentos, principalmente se esses filhos são do sexo feminino. Eles também dão ênfase ao fato da necessidade de uma parceira sexual.

Desse modo, o homem vê concretizar-se o seu desejo de “conquistar” uma mulher e constituir uma família. Mulheres mais velhas ou as operadas para não ter filhos foram classificadas por um entrevistado como “deficiente” porque não podem “render família”, ou seja, ter filhos.

De acordo com o modelo de família tradicional, além da capacidade da mulher para ter filhos e a exigência da fidelidade conjugal para a vida toda, surge a noção de que o homem deve ser o provedor do lar. Assim, uma entrevistada sintetizou o sentido do conflito provocado pelas transformações sociais contemporâneas, ao dizer: “hoje em dia os homens querem escrava para trabalhar fora e dentro e dentro de casa. Mesmo doente tem que trabalhar. Hoje eles não querem mulher pra eles sustentar.”

IMAGINÁRIO DE GÊNERO, VIOLÊNCIA E TRABALHO FEMININO.

A questão do trabalho feminino fora de casa aparece com frequência no contexto da violência de gênero. Durante o casamento algumas mulheres se fortalecem retomando os estudos, fazendo cursos profissionalizantes e entrando no mercado de trabalho, isso provoca mudanças no comportamento delas, vistas como negativas pelos homens. Instala-se o conflito interno, o conflito simbólico, através da violência verbal, com as categorias de acusação mais frequentes desqualificando o comportamento sexual da mulher.

Em outro tipo de situação, o marido desempregado e sem qualificação profissional, fica longos períodos sem renda, realizando apenas trabalhos temporários, os “bicos”². Percebe que a separação pode acontecer por questões limites, como a fome gerada pelo desemprego ou falência econômica, já que a mulher está limitada ao espaço da casa e muitas vezes impedida por eles, de trabalhar. A mulher, por sua vez, segundo os homens, tem maior facilidade de entrar no mercado de trabalho, iniciando e muitas vezes permanecendo durante toda a vida como empregada doméstica (sem carteira assinada) e, as que retomam os estudos, geralmente fazem cursos profissionalizantes nos setores auxiliares, como Auxiliar de Enfermagem, por exemplo.

Segundo todos os homens e algumas mulheres dentre as que entrevistamos, a mulher deve restringir-se ao espaço doméstico, apenas em determinados momentos de dificuldade financeira do casal, é que a mulher pode contribuir trabalhando fora de casa, desde que não altere o projeto de vida do homem – “o trabalho não deve atrapalhar o comportamento da esposa”.

² Atividades como detetização de casas, limpeza de quintais, auxiliar na construção civil, trabalhos que tem duração relativa entre dois a vinte dias.

Outras mulheres nos disseram da falta de compreensão do marido em relação as suas necessidades em terem um trabalho fora de casa, pois o trabalho doméstico é monótono e cansativo, e causa sensação de aprisionamento. Frequentemente elas dizem precisar de “uma certa liberdade”; muitas vezes identificando a casa com a prisão e o marido com um ditador que não está aberto ao dialogo.

Uma outra mulher, mesmo trabalhando de doméstica, diz que “os homens hoje em dia, querem escrava, que trabalhe em casa e fora de casa”, mostrando a falta de solidariedade masculina na divisão do trabalho doméstico e na educação dos filhos; além de que, muitas vezes, segundo elas, “o homem não cumpre suas obrigações com a família” – obrigação de mantenedor da família. Isto é dito principalmente pelas mulheres que tem a preferência de trabalhar em casa, só buscando trabalho fora de casa quando o marido está desempregado ou devido ao fim da união.

Quando os filhos já não estão dependentes de cuidados especiais, como no período de amamentação e nos primeiros anos de vida, a mulher procura com maior insistência mudar sua situação econômica através do trabalho, tendo com isso uma rotina intensa que normalmente é identificada pela sua mobilidade: “da casa pro trabalho, do trabalho pra escola e da escola pra casa”, acumulando dupla jornada de trabalho (em casa e fora de casa), e de estudo, somando cerca de doze horas de trabalho/dia.

Esta situação também provoca momentos tensos na relação, uma vez que o marido constrangido pelo que identifica como inversão de papéis, investe maior pressão e, muitas vezes, agressão física com intenção de fazer a mulher desistir dos seus planos profissionais: pois normalmente, essas mulheres tendo saído do isolamento domestico, são incentivadas pelas patroas, amigas de trabalho e de escola ou vizinhas, na decisão de denunciar o parceiro que a agride, na Delegacia da Mulher.

O ritmo casa, trabalho, escola diminui o tempo de convívio da mulher com os filhos, que, na ausência de familiares e de creches publicas (quase inexistentes), ficam em casa sozinhos, com graves conseqüências para o seu desenvolvimento físico e intelectual. O homem entende que o cuidado da casa e dos filhos é dever da mulher. Em um caso, quando a mulher começou a trabalhar fora por causa da falência econômica de seu marido, ele assumiu a organização do espaço doméstico, como limpar a casa, preparar a alimentação e cuidar da educação dos filhos, por um período de dois anos. Ele queria, com sua presença em casa, assinalar a ausência dela. E ela nos disse sobre este mesmo fato: “durante esses dois anos, ele não trabalhava, já que eu não queria ser mulher dele [na cama], então ele não ia trabalhar pra mim”.

Podemos observar que mesmo a mulher conquistando um espaço antes destinado ao seu marido, o imaginário dominante é determinado pela mesma lógica que antes a submetia: a mulher como objeto de satisfação sexual do homem, sem que ele tenha compromissos com o cuidado da casa e dos filhos, e sem consideração com as aspirações e as condições de vida da mulher, que, se melhoradas, poderiam inclusive contribuir para a vida sexual do casal.

SEXO, VIOLÊNCIA E SEPARAÇÃO.

No contexto dos problemas do casal e da separação, a recusa da mulher em fazer sexo com o marido é o indício, para ele, de que o casamento acabou. Essa situação chega a durar alguns meses, com isso os maridos se predispõem a ações de violência física e verbal contra suas mulheres. Os homens minimizam o uso que fazem da violência física, dizendo que não havia violência entre o casal, quando a admitem, dizem que fizeram uso dela em legítima defesa.

A violência, de acordo com Maffesoli, não ocorre de modo arbitrário, mas implica um certo grau de "ritualização". Observamos que cada gênero utiliza melhor certo tipo de violência: as mulheres procuram controlar a situação de conflito pela violência simbólica através das categorias de acusação (palavrões, xingamentos), "visitas" furtivas a carteira do marido, em busca de dinheiro que elas supõem esteja sendo gasto com mulheres e bebidas. Os homens, utilizando também a violência simbólica, buscam se impor pela violência física. Identificamos os estágios de ritualização na constituição do rompimento; percebendo ainda que esta ruptura acontece em um contexto de violência. Vejamos os estágios de ritualização:

a) Violência simbólica: categorias de acusação. Os dois fazem uso, mas geralmente é a arma da mulher. A mulher evitando a relação sexual, o homem responde a este fato com violência simbólica e física, depreciando e agredindo a mulher, inclusive na frente dos filhos.

b) Violência física: a mulher leva a pior e o homem sente-se culpado (o problema é "superado", estabelece-se o perdão diante do constrangimento do casal). Funciona como uma válvula de escape das tensões individuais e sociais vivenciadas no relacionamento: desemprego, fome, desafios da "nova ordem econômica", relação extra-conjugal, entre outros. Os estágios a e b podem acontecer juntos.

c) Continuidade da união: constituindo um círculo vicioso, retornando aos estágios a e b.

d) Separação: proposta na maioria das vezes pela mulher, quase sempre o homem não aceita o fim do relacionamento. Nesse estágio a ameaça de morte, as agressões físicas e a pressão para retomar a união são uma constante por parte dos homens. Esta situação de ameaças e agressões pode levar a mulher a retomar a relação, ou seja, retornar ao estágio c.

e) A presença do Estado: a mulher busca junto a Delegacia da Mulher a garantia de sua vida, além da formalização da separação e da garantia dos direitos à pensão alimentícia dos filhos, buscando romper o ciclo do silêncio e da submissão.

Nossa pesquisa também mostrou, através do levantamento de rede social, que as pessoas estão isoladas, tendo a maioria somente o apoio de frágeis estruturas familiares. A pouca presença em instituições comunitárias, a exemplo de associações de bairros, profissionais, educacionais, culturais e políticas, evidencia vazios de sociabilidade que agravam as desagregações sociais.

A Delegacia da mulher, segundo nossa pesquisa, é um importante recurso para refrear a violência sexista contra a mulher. No entanto, seriam necessárias outras modalidades de serviços além do jurídico-penal. Serviços dirigidos não só para as mulheres como também para os homens, a exemplo de orientação psicológica quanto às perdas afetivas e as funções materna e paterna.

O resultado do At-9 evidenciou o distanciamento das mulheres de práticas sociais que permitam a apropriação de tecnologias capazes de inseri-las em contextos propícios a sua autonomia e ao desenvolvimento de seu potencial de vida. Assim, necessitamos de políticas públicas que viabilizem a ascensão social das mulheres, a exemplo dos cursos profissionalizantes e de campanhas de escolarização feminina. Além de um efetivo trabalho de organização social das mulheres para a conquista de direitos.

Constatamos que a Casa Abrigo é necessidade urgente para as mulheres em situação de risco de vida, face as constantes ameaças e as praticas assassinas que os homens dirigem contra elas. Além disso, a ausência do poder público quanto às creches e a pré-escola, retardam o retorno da mulher ao estudo, dificultando o seu acesso ao trabalho fora de casa.

As mulheres que vivenciaram a experiência de denunciar os seus agressores, e que conseguiram, via separação, sair do ciclo vicioso da violência sexista, afirmaram que se fortaleceram, perdendo a "ingenuidade" e tendo coragem de enfrentar os desafios de conduzir a família política e economicamente, bem como, seus novos relacionamentos.

O fundamento do poder social do macho, segundo Balandier, é a redução da mulher ao estado instrumental colocando-a a serviço da comodidade masculina. Os determinantes da instrumentalização seriam: o confinamento da mulher ao espaço doméstico; a falta de um viver feminino que permita às mulheres as trocas de experiências e a identificação de seus interesses, a equiparação da condição feminina à condição de minorias, a depreciação do trabalho feminino.

Desse modo, a divisão sexista, superpõem-se à divisão de classes e hegemoniza o universo social com os atributos designados como masculinos. O resultado desse imaginário, sustentado por práticas sociais também discriminatórias e abusivas, é a condenação das mulheres a submissão e ao silêncio.

Sabemos que a relação de gênero é o fundamento mesmo da reprodução social, pois é o lugar dos processos primários de socialização, elaborados em um quadro institucional que chamamos de família. É no âmbito da família que se reproduz o modo de construção social de gênero. O poder sexista do macho e suas formas de exercício se espriam em um imaginário que é misto de coerção e persuasão, encontrando expressão na música, e nas práticas estabelecidas em escolas e locais de culto, de trabalho e de lazer.

As condições para a construção de direitos sociais e políticos passam por uma redefinição do modelo patriarcal de reprodução social. Um aspecto a ser considerado é a divisão social do trabalho com a casa e com os filhos, bem como, a participação de homens e mulheres na sustentação econômica da família e de si mesmo. Além disso, o respeito ao corpo e as diferenças quanto aos valores do outro, o que implica capacidade de diálogo.

Questionar o poder masculino implicaria, segundo Balandier, equacionar o velho problema da articulação entre as duas metades fundantes do social: as sociedades masculina e feminina em um processo de conhecimento e de reconhecimento mútuos.

BIBLIOGRAFIA

- BALANDIER, Georges. **Antropo-lógicas**. São Paulo. Cultrix. 1976.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1976.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Russel. 1989.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo. Perspectiva. 1987.
- CARDOSO, Ruth. (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986.
- CEMIN, Arneide. **Gênero e antropologia do imaginário: Bachelard e os poderes do andrógino**. Porto Velho. Edufro. Primeira Versão. 53, 2001.
- CEMIN, Arneide, Camila Alessandra Scarabel, Maria de Fátima Batista de Souza, Silvanio de Matia Gomes. **Gênero e imaginário: experimentação do AT9**. Porto Velho. Edufro. Primeira Versão. 103. 2002.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo. Martins Fontes. 1997.
- GROSSI, Mirian Pillar. **O Masculino e o Feminino na Educação**. In: GROSSI, Éster Pillar e BORDIN, Jussara (orgs.). Paixão de Aprender. Petrópolis. Vozes. 1992 (p.252-58).
- _____. **A questão do Masculino e do Feminino para a transformação das relações na sala de aula**. In: GROSSI, Éster Pillar e BORDIN, Jussara (org.). **Construtivismo Pos-Piagetiano: Um paradigma sobre aprendizagem**. Petrópolis. Vozes. 1993. (p. 124-34).
- MAFFESSOLI, Michel. **Dinâmica da Violência**. São Paulo. Vértice. 1987.
- MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo. Perspectiva. 1984.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos publicados

*coberta de sol
sobre a proa do silêncio
a palavra surf* a

CARLOS MOREIRA